

Parcerias público-privadas na prevenção da criminalidade:

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES





As PPP estão a tornar-se mais frequentes na sociedade, em parte porque podem assumir várias formas, dependendo do tema, dos objectivos e do nível de envolvimento dos parceiros. No entanto, devido a esta variedade de parcerias, a criação e a continuação das PPP estão associadas a uma série de desafios.

Citação

REPC (2023). Parcerias público-privadas na prevenção da criminalidade: desafios e recomendações. Bruxelas: EUCPN.

Aviso legal

O conteúdo da presente publicação não reflecte necessariamente a opinião oficial de qualquer Estado-Membro da UE ou de qualquer agência ou instituição da União Europeia ou das Comunidades Europeias.

Autor

Sarah Bosman,
Investigadora, Secretariado da REPC.



Parte do projeto "Secretariado da REPC", julho de 2023, Bruxelas
Com o apoio financeiro do Fundo para a Segurança Interna da União Europeia - Polícia

Índice

<u>Introdução</u>	4
<u>Formação de parcerias</u>	6
Alinhamento das prioridades e criação de objectivos comuns	7
Criar confiança	9
<u>Trabalho em parceria</u>	10
Relações de parceria eficazes	12
Estabelecer a continuidade	13
Partilhar informações (incompatíveis)	15
<u>Cultura de parceria</u>	17
Cultura orientada para a parceria	18
Oportunidades europeias de PPP	19
<u>Conclusão</u>	21
<u>Notas de fim</u>	22

Introdução

As parcerias público-privadas (PPP) são acordos entre intervenientes públicos (por exemplo, um governo, um município ou unidades de aplicação da lei) e um ou vários intervenientes privados (por exemplo, pequenas e/ou grandes empresas e negócios). O presente documento exclui as parcerias com organizações exclusivamente sem fins lucrativos, como as ONG. Os atores privados são, por conseguinte, classificados como associações com fins lucrativos.¹ No entanto, este facto não diminui o papel valioso que as organizações sem fins lucrativos podem desempenhar na criação e/ou continuação das PPP, uma vez que possuem frequentemente conhecimentos especializados e ligações relevantes no mundo empresarial.

Não existe uma definição definida ou geralmente reconhecida de PPP, uma vez que estas podem assumir várias formas, dependendo dos seus objectivos, estrutura, área de incidência, etc.² No entanto, oferecem alternativas valiosas aos projectos tradicionais de contratos públicos, uma vez que as PPP podem proporcionar financiamento adicional e permitir a combinação de competências públicas e privadas.³ No entanto, devemos ser cautelosos e não considerar cada tipo de cooperação como uma parceria. Existem vários

tipos de alianças em que os parceiros se actualizam mutuamente, partilham informações ou organizam esporadicamente uma atividade em conjunto. Uma PPP eficaz, por outro lado, assume a forma de uma colaboração duradoura em que todos os parceiros assumem tarefas específicas para atingir objectivos comuns e duradouros.

Eis as principais mensagens relativas à aplicação das PPP no domínio da prevenção da criminalidade:

FORMAÇÃO DE PPP



- > **Alinhar as prioridades com objectivos comuns:** É importante definir previamente e de forma clara o objetivo da PPP, a fim de estabelecer metas e objetivos comuns que sejam viáveis para todos os parceiros envolvidos.
- > **Criar confiança:** A falta de confiança, devido a preconceitos existentes, desequilíbrios de poder ou valores e normas diferentes, pode ser evitada através da segurança mútua e de um grau básico de confiança, por exemplo, através da realização de reuniões presenciais regulares para construir relações profissionais.

PPP A FUNCIONAR



- > **Relações de parceria eficazes:** A cooperação efectiva pode ser gerada através do estabelecimento formal de mecanismos de trabalho claros e de um sistema de comunicação no âmbito da parceria.
- > **Estabelecer a continuidade:** A definição clara dos papéis, das tarefas e das responsabilidades de todos os parceiros reforçará a continuidade e o funcionamento de uma PPP.
- > **Partilha de dados (incompatíveis):** As alterações políticas adaptadas devem ter por objetivo reduzir os obstáculos legislativos, organizacionais ou técnicos aos canais de partilha de dados.

CULTURA PPP



- > **Cultura orientada para a parceria:** os instrumentos políticos devem reforçar a normalização e a transparência das PPP, tanto a nível nacional como europeu.

O principal grupo-alvo desta publicação são os decisores políticos a nível local, nacional e europeu. São geralmente responsáveis pela definição de prioridades, pela aplicação da legislação e pelo lançamento de medidas de prevenção em grande escala. Ao aumentar a sua atenção para as PPP, podem ser criadas mais oportunidades de cooperação com parceiros privados.



Formação de parcerias

Há várias maneiras de formar uma PPP. Uma possibilidade consiste em seguir as sete etapas que constituem o quadro CLAIMED. O CLAIMED (clarificar, localizar, alertar, informar, motivar, capacitar e dirigir) tem como objetivo mobilizar os parceiros para se envolverem em iniciativas de prevenção da criminalidade.⁴

O primeiro passo é clarificar as tarefas e os papéis de todos os envolvidos. Por exemplo, uma cidade quer combater os roubos de automóveis na sua área. Com base numa análise prévia, identificou a necessidade de uma ação dos cidadãos para protegerem melhor os seus automóveis, combinada com os esforços do departamento de planeamento urbano da cidade para combater os pontos críticos, bem como o apoio dos fabricantes que criam fechaduras específicas como uma ferramenta adicional de endurecimento do alvo. De um modo geral, estes preparativos são idealmente executados pelo parceiro público responsável, uma vez que se trata frequentemente de objetivos políticos a longo prazo.⁵ No entanto, as partes interessadas, como os sindicatos, as ONG ou os principais representantes do sector privado, podem ser consultados nestas fases iniciais para fornecer informações.⁶

Em segundo lugar, é necessário localizar os parceiros relevantes. Isto implica encontrar fabricantes ou empresas de segurança que produzam fechaduras ou imobilizadores eficazes e contactar as associações de moradores para chegar aos proprietários de automóveis de risco localizados nos pontos críticos ou perto deles. No plano prático, a Câmara Municipal poderia organizar um seminário ou um encontro para apresentar o seu plano e os seus objectivos às diferentes empresas. Posteriormente, podem ser planeadas reuniões de pequena escala para iniciar uma colaboração.⁷ Para além de contactar diretamente o sector privado, as ONG e os grupos da sociedade civil estão numa posição forte para contribuir, uma vez que têm frequentemente ligações com parceiros privados que podem ajudar a trazê-los para a mesa.⁸

Ao estabelecer contactos com parceiros privados, uma avaliação de risco pode facilitar a identificação de candidatos adequados. As avaliações de risco têm como objetivo avaliar quais os parceiros que devem ser incluídos ou evitados e qual o seu contributo para a PPP. Isto pode incluir um inquérito sobre os antecedentes da empresa, se está ou esteve ligada a outras parcerias, quem seria um ponto de contacto adequado para ser envolvido na parceria, etc.⁹ Pode encontrar um exemplo nas Orientações de Boas Práticas para a Realização de Diligências Devidas a Terceiros da PACI (Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção do Fórum Económico Mundial). Estas directrizes servem como uma ferramenta para as organizações reconhecerem e evitarem terceiros questionáveis.¹⁰

Um desafio relacionado com a formação de uma parceria é a imparcialidade. Muitos actores públicos têm de

permanecer independentes e não podem dar tratamento preferencial a nenhuma empresa ou organização específica. Uma solução seria estabelecer uma parceria com um organismo abrangente em vez de empresas específicas. Para continuar a ilustração, em vez de escolher um fabricante individual, esta câmara municipal poderia contactar a federação da indústria automóvel como forma de evitar preconceitos.

A simples localização dos parceiros não é, no entanto, suficiente. Serão necessárias técnicas de mobilização para os alertar para a forma como podem não só contribuir, mas também beneficiar da participação nesta parceria. Para tal, as pessoas devem ser informadas sobre a natureza, a extensão e a causa do problema e algumas podem necessitar de uma motivação adicional. No caso dos atores privados, em particular, a utilização de incentivos pode tornar-se relevante. Os parceiros também podem ser capacitados. Neste exemplo, as associações de moradores locais poderiam beneficiar de apoio organizacional para distribuir fechaduras para automóveis. Finalmente, os iniciadores orientam a parceria para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.¹¹

Alinhamento das prioridades e criação de objetivos comuns

Para formar uma PPP eficaz, todos os parceiros têm de alinhar as suas prioridades num esforço para obter objetivos claros e partilhados. Para tal, os parceiros têm de comunicar abertamente por que razão estão envolvidos e o que pretendem alcançar, uma vez que as razões para criar uma PPP são frequentemente muito diversas. Pode ser o resultado de um interesse económico ou porque uma nova legislação exige a cooperação público-privada. Outra força motriz importante é o interesse social, por exemplo, quando um sector ou uma autoridade específica coloca uma questão na agenda política.¹² Consequentemente, enquanto os parceiros públicos estão normalmente preocupados em prestar serviços aos cidadãos e à sociedade, os parceiros privados tentam normalmente gerar lucros oferecendo um produto ou serviço aos seus clientes. Ambos os lados do continuum precisam de encontrar prioridades partilhadas.¹³

Para alinhar os diferentes domínios de ação, é necessário estabelecer uma base comum. A título de exemplo, o roubo doméstico é um crime que afecta a sociedade no seu conjunto. As vítimas perdem os seus bens; as forças da ordem têm de localizar e recuperar os bens roubados

e as companhias de seguros têm de indemnizar pelos danos e objectos perdidos. A base comum partilhada neste exemplo é que todas as partes gostariam de evitar os assaltos, por exemplo, reforçando as medidas de segurança dentro e à volta das casas das pessoas. As autoridades policiais e os municípios podem informar os bairros sobre medidas preventivas eficazes (por

exemplo, fechaduras de portas e iluminação automática exterior) ou encaminhá-los para parceiros privados que ofereçam esses produtos. Por outro lado, as companhias de seguros podem conceder descontos aos proprietários de casas que tenham implementado medidas preventivas específicas, criando uma situação vantajosa para todas as partes envolvidas.¹⁴

Projeto STAD na Europa

O projeto STAD in Europe (SiE) centra-se no consumo excessivo episódico de álcool entre os jovens. Utiliza uma abordagem comunitária (STAD) que foi desenvolvida em Estocolmo e posteriormente testada em seis outros locais (Países Baixos, Eslovénia, Chéquia, Espanha, Alemanha e Reino Unido). O objetivo destes projetos é limitar a disponibilidade de álcool em quatro áreas da sociedade: zonas de diversão nocturna, festivais, ambientes públicos (por exemplo, parques e praias) e ambientes privados (por exemplo, em casa). Para o efeito, recorreu-se à mobilização da comunidade, a uma fiscalização mais rigorosa e a uma sessão de formação sobre o serviço responsável de bebidas alcoólicas. Em Estocolmo, o resultado levou a uma redução do consumo excessivo de álcool, a um menor consumo por menores e a uma diminuição das agressões relacionadas com o álcool.

As parcerias multi-agências desempenharam um papel fundamental neste projeto. Os parceiros incluídos variaram, dependendo da localização do projeto. Estiveram envolvidos principalmente as autarquias locais, os serviços de saúde, as forças policiais, os funcionários da saúde pública, as escolas, os proprietários e gestores de locais de espetáculo e os supermercados. Verificou-se que as estruturas sociais existentes facilitavam a mobilização da comunidade. Foi o que aconteceu na Eslovénia, que dispunha de grupos de ação local já existentes centrados nas dependências e que incluíam muitas das partes interessadas necessárias.

Além disso, vários locais de diversão nocturna recebiam perder vendas ou estavam relutantes em implementar novas medidas, a menos que tal fosse exigido por lei. Revelou-se necessário que os estabelecimentos recebessem formação sobre as questões associadas à venda de álcool a menores, bem como sobre as consequências mais vastas que tal pode ter para uma comunidade. Além disso, adaptando as atuais técnicas de venda de bebidas alcoólicas e oferecendo mais bebidas não alcoólicas a menores, o risco de perda de vendas pode ser resolvido.¹⁵

Saiba mais em: [Sobre o SiE - STAD na Europa](#).

Tanto os actores públicos como os privados podem hesitar em participar numa PPP. Por conseguinte, é importante que os parceiros públicos tenham uma visão clara do objetivo da PPP, enquanto o tema da PPP

deve também fazer sentido para os parceiros privados envolvidos.¹⁶ A utilização de incentivos pode estimular o sector privado a unir esforços. Em primeiro lugar, o requisito legislativo para a criação de uma PPP é muitas

vezes um incentivo em si mesmo. É o que acontece regularmente no domínio da cibercriminalidade, em que empresas como a Meta ou o Twitter são convidadas a tomar medidas contra a violência em linha, como o discurso de ódio. Embora um requisito legislativo não gere automaticamente PPP, estabelece uma ligação entre os actores públicos e privados e constitui potencialmente uma base para uma maior colaboração.

Outro incentivo diz respeito aos benefícios económicos que uma PPP pode ajudar a garantir. Por exemplo, uma melhoria da ordem pública (por exemplo, a diminuição do lixo ou a criação de ruas mais seguras) melhora o bairro em que se situa o escritório de uma empresa, tornando-o assim mais seguro e agradável para os seus clientes. Outra possibilidade poderia ser a concessão de subvenções, subsídios ou benefícios fiscais às empresas que contribuem para a sociedade. Para além disso, as parcerias têm o potencial de aumentar a reputação interna e externa da organização. As agências de viagens podem ajudar a aplicação da lei, denunciando casos suspeitos de exploração ou tráfico. A publicidade negativa pode prejudicar gravemente uma agência de viagens, ao passo que as histórias de um caso evitado de trabalho infantil conduzirão potencialmente a uma cobertura mediática positiva. Gerar uma boa reputação pode resultar num aumento de clientes, ao mesmo tempo que atrai novos empregados. Além disso, dar aos empregados a sensação de que estão a contribuir para uma causa pró-social ajuda a criar um sentimento de orgulho e de lealdade para com a empresa.¹⁷

Criar confiança

O maior desafio na criação de uma PPP é, sem dúvida, a criação de confiança entre os parceiros. Para conseguir relações de trabalho positivas, é necessário um nível básico de confiança entre todos os que estão a contribuir para a parceria. No mundo da segurança, em particular, as organizações podem ter relutância em partilhar certos tipos de informação, pelo que o fornecimento de garantias mútuas pode desempenhar um papel ainda mais crucial na garantia da confidencialidade entre parceiros.¹⁸ Embora seja necessário um grau básico de confiança desde o início da PPP, é preciso tempo para construir relações de confiança. É por isso que a criação de PPP começa frequentemente com uma série de pequenos passos (por exemplo, reuniões, discussões informais ou acções conjuntas) que implicarão fiabilidade, integridade ou competência aos olhos dos outros parceiros.¹⁹

No entanto, há muitos desafios que desencorajam a confiança entre os parceiros desde o início. Uma dificuldade proeminente assume a forma dos preconceitos existentes em relação aos sectores público e privado.²⁰ Por exemplo, uma preocupação comum é que os parceiros privados orientem uma parceria para os seus próprios interesses comerciais.²¹ Este preconceito está ligado ao facto de a confiança não estar apenas relacionada com as relações interpessoais. É também afetada pelas normas e valores organizacionais que cada pessoa traz para a mesa. Se os parceiros confiam uns nos outros e se confiam na sua organização, são duas questões diferentes.²² Quanto a uma solução, os parceiros podem, na medida do possível, deixar para trás os seus papéis organizacionais para se concentrarem totalmente nos objectivos pré-determinados. Ao mesmo tempo, isto pode reduzir os preconceitos existentes e iniciar discussões mais abertas.

Uma vez estabelecido um grau elementar de confiança, o passo seguinte é manter essa confiança. Isto requer um empenhamento contínuo e deliberado e pode facilmente desaparecer, por exemplo, quando novos parceiros se juntam a uma colaboração existente ou quando os parceiros existentes não estão suficientemente empenhados.²³ Para garantir a continuidade da confiança, é essencial que haja intercâmbios regulares, de preferência presenciais, uma vez que estes geram interações mais significativas do que as que ocorrem apenas através de comunicação escrita ou em linha. Os intercâmbios presenciais permitem também a realização de eventos sociais durante os quais os parceiros se podem familiarizar e criar laços formais (e informais). Além disso, o facto de se reunirem regularmente (de comum acordo com todos os participantes) obriga os parceiros a envolverem-se sistematicamente. No entanto, é importante ter em conta que um número excessivo de reuniões pode tornar-se uma fonte de irritação para os participantes. As opções alternativas incluem discussões temáticas em que os participantes partilham informações sobre subtemas específicos ou acções de formação conjuntas durante as quais exploram a forma como as diferentes áreas de interesse podem estar interligadas.²⁴

Para concluir, todas as parcerias são dinâmicas e desenvolver-se-ão ao longo da sua existência. Embora a confiança seja um fator necessário durante a formação de uma parceria, não é suficiente como meio de garantir que a parceria funcione eficazmente. Para o efeito, são necessárias estruturas organizacionais que privilegiem a cooperação eficiente em geral.²⁵



Trabalho em parceria

As PPP existem sob várias formas, feitios e complexidades. James Austin criou um continuum de colaboração para classificar as PPP com base na sua missão, no seu nível de compromisso, na quantidade de recursos, na sua gama de actividades e no seu nível de interação (ver Figura 1). Este é composto por três componentes e ajuda a classificar as parcerias de uma forma estratégica. Na fase filantrópica, a interação entre os parceiros é mínima e assume principalmente a forma de fundos fornecidos por um parceiro ao outro. É o que acontece, por exemplo, quando uma editora financia o material que as escolas podem utilizar no seu programa anti-bullying.

A fase transaccional implica uma cooperação mais aprofundada, como o intercâmbio de recursos para organizar actividades ou criar ferramentas. Um exemplo é o conselho local de prevenção da criminalidade em Nacka (Suécia) que utiliza grupos de trabalho para aumentar a segurança local. Estes grupos de trabalho são constituídos por vários representantes de sectores e entidades, como as forças da ordem, as escolas, as

empresas locais, os centros comerciais e as associações de proprietários. Reúnem-se seis vezes por ano e concentram-se em questões locais mútuas, como o lixo e a perturbação da ordem pública.²⁶ No entanto, as suas atenções e acções continuam a restringir-se ao seu próprio domínio de trabalho.

Por último, a fase de integração inclui parcerias que fundiram total ou parcialmente a sua missão e actividades. Estas iniciativas conjuntas representam o nível mais elevado de cooperação estratégica.²⁷ A título de exemplo, o porto e a zona industrial vizinha de Roterdão dispõem de uma PPP denominada "Unified Industrial & Harbour Fire Department". Esta organização combina as tarefas dos bombeiros públicos com as dos bombeiros das empresas industriais e presta assistência mútua à cidade de Roterdão, ao porto, ao município vizinho de Rozenburg, bem como a mais de 50 empresas Seveso (ou seja, empresas que manipulam, fabricam ou armazenam substâncias perigosas, como refinarias ou depósitos de petróleo).²⁸



Figura 1: Continuidade da colaboração (Austin, 2000).

Cabe ao iniciador da PPP e aos parceiros envolvidos decidir que tipo de PPP pretendem formar com base nas suas próprias necessidades e objectivos. No entanto, é comum que as parcerias evoluam ao longo do tempo, por exemplo, se forem executadas mais actividades, será necessário um maior nível de envolvimento. Em qualquer caso, trabalhar eficazmente em parceria exige um nível básico mas constante de empenhamento entre os parceiros.²⁹

Relações de parceria eficazes

São necessárias boas relações de trabalho entre todos os parceiros para criar um diálogo significativo e atingir os objectivos pré-determinados. Os objectivos só podem ser alcançados se contarmos com as contribuições e competências dos outros parceiros. A cooperação efectiva dependerá do nível de confiança, da competência da liderança, dos mecanismos de cooperação e da estratégia de comunicação no âmbito da parceria.³⁰

Recomenda-se que os parceiros envolvidos celebrem algum tipo de acordo para estabelecer formalmente a parceria. Este acordo pode assumir várias formas, desde um memorando de entendimento ou código de conduta até uma declaração de missão conjunta ou qualquer outro contrato normalizado. Consoante o nível de formalidade desejado, deve envolver diferentes questões. Pode ir desde um acordo geral que descreva a parceria e a sua área de intervenção até uma declaração conjunta que especifique os objectivos, as actividades e as responsabilidades de todos os parceiros.³¹

Abordagem Sofielund

Em 2014, foi criada uma associação de rede local na zona de Sofielund, em Malmö. A associação é uma parceria entre a cidade de Malmö e o seu departamento de planeamento urbano, a polícia, a associação de inquilinos, proprietários de imóveis, bancos e empresas. A sua criação esteve relacionada com os vastos problemas relacionados com a criminalidade, desde os graffitis e o vandalismo até ao tráfico de droga que se registava em Sofielund.

Estão a concentrar-se em duas questões fundamentais: aumentar a segurança e a limpeza da zona. As acções específicas incluíram câmaras de segurança e uma presença policial nas ruas, caminhadas de segurança e patrulhas de limpeza pelos habitantes locais e formação para educar os residentes, organizada pelos bombeiros locais e pelas companhias de seguros.

Esta abordagem constitui um exemplo relevante de PPP, uma vez que introduziu um novo tipo de parceria na Suécia, em que cada parceiro tinha responsabilidades claras. Enquanto a cidade financiava os coordenadores de desenvolvimento urbano que actuavam como líderes operacionais da associação, o Conselho de Administração era composto por membros cooptados de organizações parceiras (ou seja, a organização de recolha de resíduos, os serviços de salvamento e a aplicação da lei). Isto assegurou discussões abrangentes que conduziram a decisões rápidas que foram apoiadas por todos os parceiros.

Saiba mais sobre o projeto e a parceria em: [Abordagem Sofielund | EUCPN](#).

By defining the structure of a PPP, all actors, organisations and departments included will have clear mandates and will know who is responsible for which task. This, in turn, can clarify the levels of accountability towards each other but also towards the wider public.

A estrutura de uma PPP deve também ser bem definida, de modo a que todos os intervenientes compreendam o papel de cada um e todos trabalhem em conjunto para atingir objetivos comuns e mutuamente estabelecidos.³² Isto é importante para garantir que os actores individuais não percam a sua própria identidade. Um organograma permite-lhe ter uma visão geral e acessível de todos os parceiros, dos seus cargos e das suas responsabilidades. Estes organogramas podem variar consoante a dimensão, a forma e a estrutura da PPP. No caso de uma pequena parceria informal, um quadro com a lista das tarefas de cada interveniente pode já ser suficiente.³³ As PPP de maior dimensão exigirão potencialmente um organograma mais elaborado. Para utilizar a Sofielund como exemplo, o Conselho de Administração poderia ser rotulado como o nível de gestão no topo do gráfico. Os actores operacionais neste caso são os coordenadores de desenvolvimento urbano financiados pela cidade, que seriam colocados por baixo. Por último, os intervenientes conexos, como os grupos de trabalho ou os conselhos consultivos, que, neste caso, podem assumir a forma de associações de inquilinos, proprietários de imóveis e outras empresas.

Ao definir a estrutura de uma PPP, todos os actores, organizações e departamentos incluídos terão mandatos claros e saberão quem é responsável por cada tarefa. Isto, por sua vez, pode clarificar os níveis de responsabilidade entre si, mas também perante o público em geral.

Estabelecer a continuidade

É importante que uma PPP seja duradoura para atingir os seus resultados pré-determinados. Sobretudo no caso da prevenção, as parcerias são frequentemente investimentos a longo prazo e, por conseguinte, não apresentam resultados imediatos.³⁴ Certos aspectos essenciais são importantes no que diz respeito à continuidade. Uma comunicação regular, mas não excessiva, assegura uma informação contínua e permite efetuar ajustamentos onde e quando necessário. Instrumentos de acompanhamento eficazes (tais como relatórios de progresso normalizados e reuniões de acompanhamento) facilitam a manutenção de registos e asseguram que a parceria continua a ser eficiente e produz os resultados pré-determinados.³⁵

Para que uma PPP se mantenha constante, os seus recursos devem ser suficientes e garantidos a longo prazo. Esses recursos incluem tempo, pessoal e financiamento.³⁶ O financiamento tem de ser sustentável para que as PPP possam iniciar uma colaboração a longo prazo sem terem de se preocupar ou adaptar as suas acções devido a orçamentos limitados.³⁷ É necessário que as pessoas envolvidas numa parceria disponham de tempo suficiente, especialmente quando conciliam esta função com o seu trabalho quotidiano.³⁸ Além disso, o estabelecimento de uma continuidade na representação e no empenhamento exige que os processos sejam claramente documentados para definir quanto tempo é necessário para fazer parte da PPP e qual o nível de empenhamento desejado.³⁹

Conselhos locais de prevenção da criminalidade

Os conselhos locais de prevenção da criminalidade definem as estratégias de prevenção da criminalidade e de segurança em determinadas regiões ou cidades através da tomada de decisões em colaboração. Incluem geralmente vários intervenientes, tais como o conselho municipal, as unidades locais de aplicação da lei e o presidente da câmara. No entanto, alguns conselhos locais incluem também actores privados, por exemplo, associações de moradores e de habitação, empresas locais ou operadores de transportes públicos.

Em 2020, o projeto Be Secure Feel Secure (BSFS) criou um Conselho Local para a Prevenção da Criminalidade no Pireu (Grécia). Embora o conselho do Pireu parecesse funcionar eficazmente, enfrentou algumas dificuldades durante a fase de arranque:⁴⁰

- > Manter o empenhamento de todos os parceiros;
- > Participação insuficiente dos governos estaduais;
- > Dificuldades em assegurar a continuidade e o acompanhamento a longo prazo, em parte devido a uma comunicação interna insuficiente e incoerente;
- > Falta de pessoal e de recursos financeiros;
- > Falta de participação dos cidadãos no desenvolvimento e na execução das acções.

Como resultado, o projeto BSFS identificou algumas lições fundamentais para a criação de uma parceria como os conselhos locais de prevenção da criminalidade:

- > Clarifique e classifique claramente as prioridades que são centrais para a parceria;
- > Concentre-se num número limitado de acções e objectivos para garantir que serão efetivamente realizados;
- > Adotar mecanismos de cooperação simples e visíveis;
- > Assegure-se de que todos os parceiros estão dispostos e são capazes de monitorizar e avaliar a parceria.

Saiba mais sobre o Conselho Local de Prevenção da Criminalidade da BSFS: O Conselho Local para a Prevenção da Criminalidade: uma experiência de boa governação para prevenir a criminalidade - Be Secure Feel Secure (BSFS) (bsfs-piraeus.eu)

Para concluir, os recursos não só precisam de ser constantes, como também devem ser utilizados de forma eficiente. Se o financiamento estiver garantido, mas os parceiros não estiverem empenhados, a parceria falhará e não produzirá resultados valiosos. No reverso da medalha, se os parceiros estiverem empenhados mas não houver

financiamento disponível para apoiar as suas acções, pouco será feito. As auditorias, o acompanhamento e as avaliações (do plano) podem ajudar a garantir a continuidade e a manter uma visão geral dos recursos que estão a ser utilizados e como.

Partilhar informações (incompatíveis)

Quando se trata de partilhar dados, surgem normalmente dois problemas. O primeiro diz respeito ao tratamento de tipos de dados incompatíveis. Algumas parcerias estão a tentar trabalhar em conjunto, mas os mecanismos em vigor não estão coordenados entre si. Isto pode ocorrer devido a obstáculos legislativos, que ditam que a partilha de dados está limitada a condições particulares ou a tarefas específicas, ou pode resultar de questões organizacionais e técnicas nos casos em que as estruturas de TI necessárias são demasiado dispendiosas para criar ou adaptar.⁴¹

A título de exemplo, o Sistema de Informação de Schengen (SIS) é uma base de dados utilizada para efeitos de segurança e gestão de fronteiras na

Europa que inclui dados sobre pessoas procuradas ou desaparecidas, bem como objectos perdidos e roubados. A polícia pode introduzir o número do casco de um barco roubado, o que dará origem a um alerta se este for encontrado em qualquer ponto da UE.⁴² No entanto, nem todas as bases de dados nacionais estão alinhadas com o SIS, o que significa que alguns países só podem, por exemplo, associar um número de casco a cada barco roubado, em vez de terem a possibilidade de associar vários números de identificação ao objeto em causa. Neste exemplo, não há necessidade de atualizar a legislação e as estruturas tecnológicas necessárias já existem a nível europeu. É apenas necessário alinhar cada uma das bases de dados nacionais com a sua variante europeia.

Programa CIRCAMP

O programa CIRCAMP (Internet Related Child Abusive Material Project) é uma iniciativa da COSPOL (Comprehensive Operational Strategic Planning for the Police) para criar uma solução para a exploração sexual de crianças em linha. O projeto envolveu uma parceria entre as autoridades policiais, as ONG e as empresas com fins lucrativos (fornecedores de serviços Internet e instituições financeiras). Um dos seus principais objetivos era implementar um Filtro Anti-Distribuição de Abuso Sexual de Crianças (CSAADF) que impedisse o acesso a imagens online de exploração sexual de crianças.

Este filtro Web foi criado pela Telenor, um grande fornecedor de serviços digitais no sector dos serviços móveis e de televisão na Noruega. Uma das questões relacionadas com o filtro é o facto de as diferentes legislações nacionais, combinadas com preocupações gerais com a privacidade, impedirem uma implementação completa noutros Estados-Membros europeus. A CIRCAMP teve de encontrar soluções alternativas, feitas à medida, que se adaptassem a cada contexto nacional. Em vez de instalar o filtro automático, alguns países optaram por fazer com que os seus agentes responsáveis pela aplicação da lei confirmassem a presença de tais materiais num sítio Web antes de o bloquearem. Noutros países, como forma de evitar que os conteúdos em linha fossem restringidos pelo governo, cooperaram com ONG para criar uma lista negra. No caso do Reino Unido, a Internet Watch Foundation mantinha uma lista negra que era partilhada com as autoridades policiais e os fornecedores de serviços Internet.⁴³

Saiba mais em: [Filtro online contra a pornografia infantil | Telenor.](#)

Uma segunda questão prende-se com a relutância que muitas pessoas, organizações ou sectores têm quando se trata de partilhar dados com outros, uma vez que isso pode facilmente transformar-se numa violação da confidencialidade ou da privacidade.⁴⁴ Por conseguinte, é importante equilibrar os benefícios da partilha de dados com os riscos, ou seja, as limitações legislativas e de privacidade e os interesses públicos. Para tal, será necessário um esforço substancial a nível político, a fim de, por exemplo, reduzir os obstáculos desnecessários à partilha transfronteiriça de dados ou fornecer orientações para sectores específicos.

Uma forma de controlar a partilha de dados é o Quadro dos Cinco Cofres. Cada “segurança” implica perguntas para avaliar um aspeto específico do risco de divulgação. Embora o quadro vise facilitar a partilha segura de dados, evita o excesso de regulamentação. Os cinco aspectos são:⁴⁵

- > **1. Pessoas seguras:** o utilizador está autorizado a aceder e a utilizar os dados?
- > **2. Projectos seguros:** os dados serão utilizados para uma finalidade adequada?
- > **3. Configurações seguras:** o ambiente de acesso (por exemplo, a necessidade de autenticação pessoal, monitorização informática, uma sala fechada dentro de um escritório) impede a utilização não autorizada?
- > **4. Dados seguros:** foi aplicada uma proteção adequada e suficiente aos dados?
- > **5. Resultados seguros:** quem terá acesso aos resultados e (como) serão partilhados?

Voltando ao exemplo anterior, se as autoridades policiais se depararem com um motor roubado que não esteja ligado ao SIS, podem solicitar as informações necessárias aos fabricantes de automóveis ou aos concessionários como alternativa à identificação do último proprietário e esperar encontrar uma correspondência. Neste caso, tanto as autoridades responsáveis pela aplicação da lei como os concessionários poderiam responder a estas perguntas com base nos regulamentos em vigor e estabelecer os seus critérios a fim de facilitar um acordo sobre a partilha de informações. No entanto, é importante sublinhar que estes desafios não serão resolvidos através

One way in which to control data sharing is the Five Safes Framework. Each ‘safe’ entails questions to assess a specific aspect of the disclosure risk.

da implementação de uma solução única para todos. Os quadros de governação dos dados têm de ter em conta o tipo, o contexto e o sector em que os dados são recolhidos e/ou partilhados, uma vez que a informação de que a polícia dispõe será diferente da que uma escola ou um fabricante de automóveis recolhem.⁴⁶

Uma medida específica que as PPP podem implementar é um acordo de confidencialidade relativo à partilha de informação.⁴⁷ Trata-se de um acordo em que os parceiros se comprometem a não divulgar qualquer informação confidencial ou proprietária. No entanto, as PPP devem tentar evitar níveis desnecessários de confidencialidade. No caso de PPP informais, em particular, todos os envolvidos devem confiar, na medida do possível, na discricção dos seus parceiros.⁴⁸ Outra possibilidade é criar um fórum em linha para apoiar os mecanismos de partilha de informação existentes (e potencialmente inadequados). Os fóruns privados em linha podem ser utilizados como meio de partilhar informações gerais, notícias e actualizações de forma fácil e segura. Voltando ao exemplo anterior, a polícia em tais situações poderia potencialmente contactar os parceiros num fórum privado para pedir informações.⁴⁹



Cultura de parceria

Tal como indicado anteriormente, não existe uma estratégia comum para a criação de uma PPP, mas um fator determinante é que deve ter uma cultura orientada para a parceria.⁵⁰ O nível político deve apoiar a formação e o funcionamento das PPP, a fim de resolver os problemas existentes, como a falta de confiança e de continuidade. Isto, por sua vez, aumentaria a estabilidade das PPP e atrairia um maior número de parceiros interessados.

Cultura orientada para a parceria

Em primeiro lugar, são necessários instrumentos políticos (sob a forma de regulamentos, orientações ou um plano de ação (nacional)) para normalizar a criação, as operações, a clareza e a transparência de uma PPP.⁵¹ Mais especificamente, cada departamento governamental pode implementar os seus próprios enquadramentos ou orientações visando um tópico ou sector específico.⁵²

Programa de ação para empresas seguras 2023-2026

De três em três anos, a Plataforma Nacional Neerlandesa para o Controlo da Criminalidade (*Nationaal Platform Criminaliteitsbeheersing*) publica o seu programa de ação “Empresas Seguras”. Este programa estimula parcerias público-privadas para combater a criminalidade contra as empresas, bem como a facilitação intencional (e não intencional) da criminalidade por parte das empresas.⁵³

Centra-se em três temas (cibercriminalidade, criminalidade organizada e criminalidade contra a propriedade), fornecendo simultaneamente recomendações e acções específicas para criar parcerias eficazes. Por exemplo, para combater a criminalidade organizada, o programa define as seguintes medidas

- > Nomeação de um administrador para os sectores vulneráveis que servirá de ligação entre as entidades públicas e privadas;
- > Formação em matéria de resiliência e sensibilização para sectores vulneráveis (por exemplo, parques de férias e parques de campismo);
- > Ajudar no processo de seleção de potenciais parceiros;
- > Prestação de apoio jurídico, entre outros, para orientar e incentivar a partilha de dados;
- > Criar uma plataforma digital para partilhar informações e estabelecer contactos com potenciais novos parceiros.

Um parceiro importante neste programa de ação é a Plataforma para Empresas Seguras (*Platform Veilig Ondernemen*). Estas plataformas são iniciativas regionais que incluem as autoridades policiais, os municípios, as empresas, o sector jurídico e as associações comerciais que visam prevenir e combater a criminalidade. Enquanto a Plataforma Nacional de Controlo da Criminalidade é uma parceria nacional, as Plataformas de Empresas Seguras asseguram a sua aplicação a nível local. Por conseguinte, pode ser classificada como um bom exemplo para outros países ou regiões que pretendam criar instrumentos políticos de PPP.

Saiba mais em: [Actieprogramma Veilig Ondernemen 2023 t/m 2026 | Rapport | Rijksoverheid.nl](https://actieprogramma.veiligondernemen.nl)

Em segundo lugar, o apoio governamental em termos de financiamento contribuiria para a criação de uma cultura de parceria. Combinado com medidas políticas, um financiamento amplo e contínuo pode dar o pontapé de saída a muitas PPP, mas em muitos países, estas duas condições exigem mudanças sociopolíticas abrangentes.⁵⁴ No entanto, é necessário evitar o excesso de regulamentação e de controlo, a fim de deixar espaço para a flexibilidade e a variedade. Directivas e requisitos de financiamento demasiado rigorosos dissuadirão potenciais parceiros e novos tipos de PPP.⁵⁵

Por último, é essencial que as PPP sejam acompanhadas e avaliadas. Só assim é possível identificar como e se a parceria e as suas acções foram (corretamente) implementadas, quais os seus resultados e impacto e como podem ser melhoradas no futuro. A título de exemplo, uma PPP no Brasil que aborda a exploração sexual de crianças (ESA) resultou numa maior estigmatização das vítimas menores de 15 anos. Embora tanto o sector do turismo como o da construção tenham contribuído ativamente para campanhas e eventos de combate à ESCV, os adolescentes foram geralmente excluídos das medidas preventivas, uma vez que foram erradamente considerados como tendo as capacidades de decisão dos adultos. Consequentemente, não eram geralmente considerados vítimas quando sofriam de exploração sexual.⁵⁶ Por esta razão, embora as parcerias em geral sejam encorajadas, nem todas as PPP serão eficazes ou produzirão resultados positivos. É por isso que as PPP requerem um nível básico de orientação. Idealmente, a criação de uma avaliação será descrita nos instrumentos políticos acima mencionados, para que os PPP não tenham de começar do nada. Outra opção é que as organizações ou iniciativas dirigidas pelo governo apoiem as PPP através de aconselhamento, formação ou apoio prático.

Oportunidades europeias de PPP

Como mencionado anteriormente, muitos Estados-Membros da UE não dispõem atualmente de um quadro estabelecido para orientar a implementação ou delinear a utilização de PPP. Cerca de 90% das PPP europeias criadas entre 1990 e 2016 concentram-se em França, Espanha, Portugal e Alemanha.⁵⁷ Uma explicação pode ser encontrada na falta, a nível europeu, de estruturas abrangentes que reforcem a cooperação entre parceiros públicos e privados.⁵⁸ A título de exemplo, uma avaliação das PPP apoiadas pela UE que foram objeto de auditoria revelou um bom nível de manutenção e uma rápida aplicação das políticas, mas muitas vezes não foram geridas de forma eficiente e, por conseguinte, não produziram uma boa relação custo-benefício.⁵⁹ A falta de análises antes de iniciar uma PPP resultou frequentemente numa falta de eficiência em termos de custos, bem como numa subutilização da parceria devido à utilização de abordagens inadequadas e à falta de incentivos para os parceiros privados.⁶⁰

Por conseguinte, são necessários quadros de PPP a nível europeu. Este quadro deve incluir potenciais mecanismos de financiamento, canais de aconselhamento, procedimentos e acordos normalizados de base, planos de análise e modelos de avaliação.⁶¹ Estas ferramentas também têm o potencial de beneficiar o intercâmbio estruturado de informações entre parceiros privados e públicos e a partilha de boas práticas, podendo servir de instrumento de orientação.⁶²

Consequently, there is a need for PPP frameworks on a European level. Such framework should include potential funding mechanisms, advisory channels, basic standardised procedures and agreements, analysis plans and evaluation models.



Quadro internacional de PPP

Os Direitos da Criança e Princípios Empresariais (CRBPs)⁶³ são uma coleção de dez princípios que orientam o sector privado na proteção e apoio aos direitos da criança. Embora os CRBP não sejam vinculativos, servem como um bom exemplo de como definir e reforçar a responsabilidade do sector privado em relação à proteção dos direitos das crianças. Por exemplo, o primeiro princípio centra-se no respeito e no apoio. Exige que as empresas integrem os direitos das crianças no seu código de conduta, plano de negócios e outras políticas e que criem instruções claras que sejam monitorizadas a todos os níveis da organização.⁶⁴

Ligado ao CRBP está o Código (o Código de Conduta para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual nas Viagens e no Turismo). O Código é uma iniciativa multilateral que apoia o sector das viagens e do turismo especificamente na prevenção da exploração sexual de crianças através da disponibilização de apoio e ferramentas. Coopera, entre outros, com hotéis, companhias aéreas, restaurantes e agências de viagens. Todos os parceiros se comprometem a cumprir seis critérios de proteção das crianças, como a inclusão de uma cláusula de tolerância zero nos contratos ao longo de toda a cadeia de abastecimento ou a formação dos empregados para reconhecerem e denunciarem a exploração sexual de crianças.

⁶⁵

Estas iniciativas facilitam a cooperação a nível internacional, em vez de incumbir os governos nacionais de criar PPP com empresas multinacionais em cada uma das suas áreas de jurisdição.

As PPP que operam a nível europeu debater-se-iam evidentemente com questões semelhantes às que se colocam a nível nacional ou local. Estas parcerias teriam de ser muito transparentes no que respeita à forma como a sua colaboração cumpre o RGPD, as políticas de privacidade e os direitos humanos em geral.⁶⁶ As PPP a longo prazo devem ser revistas periodicamente, a fim de se manterem actualizadas em relação às inovações tecnológicas e às mudanças políticas.⁶⁷

Conclusão

As parcerias público-privadas são acordos entre agentes públicos e privados, no âmbito dos quais estes colaboram para um objetivo comum. As PPP estão a tornar-se mais frequentes na sociedade, em parte porque podem assumir várias formas, dependendo do tema, dos objectivos e do nível de envolvimento dos parceiros. No entanto, devido a esta variedade de parcerias, a criação e a continuação das PPP estão associadas a uma série de desafios.

Em primeiro lugar, a incompatibilidade de prioridades e a falta de confiança podem impedir a formação de uma PPP. Os parceiros com antecedentes diferentes têm geralmente razões contrastantes para se tornarem parte de uma PPP (por exemplo, motivos económicos, sociais ou legislativos). Por conseguinte, é essencial discutir claramente e definir antecipadamente o objetivo da PPP, a fim de trabalhar para metas e objectivos comuns que possam ser implementados por todos os parceiros. Além disso, torna-se muito difícil criar uma PPP com objectivos partilhados se os parceiros não confiarem uns nos outros. A falta de confiança pode estar ligada a preconceitos existentes, desequilíbrios de poder ou normas e valores organizacionais diferentes. Para evitar estes desafios, os intercâmbios presenciais regulares durante os quais as pessoas deixam de lado os seus papéis organizacionais são um meio mais eficaz de facilitar a melhoria das relações entre todos os parceiros.

Em segundo lugar, são necessárias relações de parceria eficientes e um nível básico de continuidade para que uma PPP funcione eficazmente. Uma das recomendações é que as PPP sejam formalmente definidas num qualquer tipo de acordo (por exemplo, um memorando de entendimento ou uma declaração de missão conjunta). O nível de formalidade variará consoante o que é desejado pelos iniciadores e pelos parceiros. No entanto, a definição clara dos papéis, das tarefas e dos mecanismos de cooperação de uma PPP melhorará a sua continuidade e funcionamento. Um obstáculo adicional ocorre sempre que os dados a partilhar são incompatíveis ou confidenciais em resultado de questões legislativas, organizacionais ou técnicas. É por esta razão que as mudanças políticas devem ter como objetivo reduzir as barreiras desnecessárias aos canais de cooperação de partilha de dados (por exemplo, alinhando mais eficazmente as diferentes bases de dados).

Por último, são necessários instrumentos políticos (por exemplo, quadros) que reforcem uma cultura orientada para a parceria, não só a nível nacional, mas também a nível europeu. Estes instrumentos podem contribuir para a normalização, a criação e a transparência das PPP, sem deixar esta tarefa inteiramente a cargo dos actores locais. O presente documento refere-se a um exemplo holandês, no qual são fornecidas recomendações e acções específicas para apoiar parcerias em sectores particulares, bem como a um exemplo internacional de como as grandes empresas multinacionais podem ser incluídas nas PPP.

Notas de fim

- 1 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas: OCDE, 2012, 18.
- 2 Ibid., 18-9.
- 3 União Europeia, Public Private Partnerships in the EU: Widespread Shortcomings and Limited Benefits, Luxemburgo: Tribunal de Contas Europeu, 2018, 12-4.
- 4 5Is - Quadro CLAIMED - para a mobilização de agentes de prevenção - QUADROS DE CRIME.
- 5 ENISA, Good Practice Guide - Cooperative Models for Effective Public Private Partnerships, Luxemburgo: Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, 2011, 45.
- 6 Centro Internacional para a Prevenção do Crime, Banco Mundial e Câmara de Comércio de Bogotá, *Public-Private Partnerships and Community Safety. Guide to Action*, Canadá: Centro Internacional para a Prevenção do Crime, 2011, 89. OCDE, Recomendação do Conselho sobre os Princípios de Governação Pública das Parcerias Público-Privadas, 8.
- 7 Centro Internacional para a Prevenção do Crime, Banco Mundial e Câmara de Comércio de Bogotá, *Public-Private Partnerships and Community Safety. Guia de Ação*, 91-2.
- 8 Ibid., 93. OCDE, Recomendação do Conselho sobre os Princípios de Governação Pública das Parcerias Público-Privadas, 8.
- 9 Down To Zero Alliance, Effective Ways of Working with the Private Sector. Documento de referência e orientação para as organizações da sociedade civil: ECPAT International e Down to Zero Alliance (DtZ), 2019, 14.
- 10 Partnering Against Corruption Initiative (PACI), Good Practice Guidelines on Conducting Third-Party Due Diligence, Genebra: Fórum Económico Mundialdoi, 2013.
- 11 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 11.
- 12 ENISA, Parcerias público-privadas (Ppp) - Modelos de cooperação: Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, 2017, 11. Nick Tilley (Ed.), *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, Cullompton, Devon: Willan Publishing, 2005, 735.
- 13 ENISA, Parcerias público-privadas (PPP) - Modelos de cooperação, 13.
- 14 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 10-2.
- 15 Zara Quigg et al., Stad in Europe (Relatório de Avaliação), Liverpool: Public Health institute, STAD in Europe, 2019, 45-6.
- 16 Centro Internacional para a Prevenção do Crime, Banco Mundial e Câmara de Comércio de Bogotá, *Public-Private Partnerships and Community Safety. Guide to Action*, 46, 85 & 93.
- 17 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 9-10.
- 18 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 740; Nicholas Dorn e Michael Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, *Security Journal* 22 (2008), 305.
- 19 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 751. ENISA, Public Private Partnerships (Ppp) - Cooperative Models, 32.
- 20 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 14.
- 21 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 310.
- 22 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 750.
- 23 ENISA, Parcerias público-privadas (PPP) - Modelos de cooperação, 32.
- 24 Ibid.
- 25 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 752.
- 26 Nacka Kommun, Prevenção da Criminalidade em Nacka, <https://www.nacka.se>, 2020.
- 27 James E. Austin, Strategic Collaboration between Nonprofits and Businesses, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* 29:1 (2000), 71.
- 28 Saiba mais em: Projeto MEDEA | Fact Sheet | H2020 | CORDIS | Comissão Europeia (europa.eu) , Contactgegevens Coöperatieve Industriële Brandweerzorg met Uitgesloten Aansprakelijkheid | Overheid.nl , Home | Gezamenlijke Brandweer (gezamenlijke-brandweer.nl).
- 29 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas, 8.
- 30 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 735.
- 31 Centro Internacional para a Prevenção do Crime, Banco Mundial e Câmara de Comércio de Bogotá, *Public-Private Partnerships and Community Safety. Guide to Action*, 93. Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 15.
- 32 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 735.
- 33 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas, 9.
- 34 ENISA, Good Practice Guide - Cooperative Models for Effective Public Private Partnerships, 45.
- 35 Centro Internacional para a Prevenção do Crime, Banco Mundial e Câmara de Comércio de Bogotá, *Public-Private Partnerships and Community Safety. Guide to Action*, 94-5.
- 36 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 735-6.
- 37 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas, 16.

- 38 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 735-6.
- 39 Ibid., 736.
- 40 Edna Pezard Ramirez, Artigo de Perito <https://www.uia-initiative.eu/>, 2023. Arquivos BeSecure-FeelSecure - Fórum Europeu para a Segurança Urbana (efus.eu).
- 41 Comité Irving Fisher, Relatório Ifc n.º 1. Partilha de dados: Issues and Good Practices: Banco de Pagamentos Internacionais, 2015, 8-9.
- 42 Comissão Europeia, União da Segurança: Entrada em funcionamento do sistema de informação Schengen renovado: Comissão Europeia, 2023.
- 43 John T. Picarelli, Moving Public-Private Partnerships from Rhetoric to Reality (Passar as parcerias público-privadas da retórica à realidade): Circamp / Csaadf Transferability Assessment, Estados Unidos: Instituto Nacional de Justiça (NIJ), 2009.
- 44 OCDE, Enhancing Access to and Sharing of Data: Reconciling Risks and Benefits for Data Re-Use across Societies, Paris OCDE, 2019.
- 45 Instituto Australiano de Estatística, Five Safes Framework. Guia de Confidencialidade de Dados, <https://www.abs.gov.au>, 2021.
- 46 OCDE, Enhancing Access to and Sharing of Data: Reconciling Risks and Benefits for Data Re-Use across Societies (Conciliar riscos e benefícios da reutilização de dados nas sociedades).
- 47 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 308-9.
- 48 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 735-6.
- 49 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 305-13.
- 50 ENISA, Parcerias público-privadas (PPP) - Modelos de cooperação, 18.
- 51 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas, 11.
- 52 Ibid., 8.
- 53 Plataforma Nacional para o Combate ao Crime, Actieprogramma Veilig Ondernemen 2023-2026, Nederland: Nationaal Platform Criminaliteitsbeheersing, 2022, 2-3.
- 54 Tilley, *Handbook of Crime Prevention and Community Safety*, 737.
- 55 OCDE, Recomendação do Conselho sobre os princípios de governação pública das parcerias público-privadas, 11.
- 56 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 14.
- 57 União Europeia, Public Private Partnerships in the EU: Widespread Shortcomings and Limited Benefits, 15 & 44.
- 58 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 303.
- 59 União Europeia, Public Private Partnerships in the EU: Widespread Shortcomings and Limited Benefits, 49.
- 60 Ibid., 35-8.
- 61 Ibid., 42.
- 62 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 312-3.
- 63 Leia o documento completo que contém os Direitos da Criança e os Princípios Empresariais em: Direitos da Criança e Princípios Empresariais | UNICEF.
- 64 Aliança Down To Zero, Effective Ways of Working with the Private Sector. Background Paper and Guidance for Civil Society Organizations, 5-6.
- 65 O Código, O que é o Código?, <https://thecode.org/about/>, 2021.
- 66 Dorn e Levi, Private-Public or Public-Private Strategic Dialogue on Serious Crime and Terrorism in the Eu, 313.
- 67 União Europeia, Public Private Partnerships in the EU: Widespread Shortcomings and Limited Benefits, 40.

Public-private partnerships in crime prevention

CHALLENGES AND RECOMMENDATIONS



PPP FORMATION



- > **Aligning priorities towards shared objectives:** It is important to clearly define the purpose of the PPP beforehand, in order to establish shared goals and objectives that are workable for all of the partners involved.
- > **Building trust:** A lack of trust, due to existing prejudices, power imbalances or different values and norms, can be avoided through mutual assurance and a basic degree of reliance, for instance by holding regular face-to-face meetings in order to build professional relationships.

PPP WORKING

- > **Efficient partnership relations:** Effective cooperation can be generated by formally establishing clear working mechanisms and a system of communication within the partnership.
- > **Establishing continuity:** Clearly defining the roles, tasks and responsibilities of all partners will enhance the continuity and functioning of a PPP.
- > **Sharing (incompatible) data:** Tailored policy changes should aim to reduce legislative, organisational or technical barriers to data sharing channels.





PPP CULTURE



- > **Partnership-oriented culture:** policy instruments must enhance the standardisation and transparency of PPPs on both national and European level.

Contact details

EUCPN Secretariat
Email: eucpn@ibz.eu
Website: www.eucpn.org

 twitter.com/eucpn
 facebook.com/eucpn
 linkedin.com/company/eucpn